

Uma restrição à interpretação kripkiana de enunciados de identidade¹

Cícero Antônio Cavalcante Barroso
Universidade Federal do Ceará

INTRODUÇÃO

A questão de como devemos interpretar ou analisar enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ” tem uma longa tradição filosófica e é especialmente egrégia na história da filosofia analítica. Basta lembrar que Frege já toca nessa questão na seção 8 da *Begriffsschrift* e a retoma em *Sobre o Sentido e a Referência* para, a partir dela, introduzir a distinção entre sentido e referência. Desde então, o debate sobre como devemos interpretar enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ” tem tido vários episódios interessantes. Duas propostas interpretativas são recorrentes (em geral, admite-se que o próprio Frege esposou as duas em momentos diferentes)². De acordo com a primeira, enunciados do tipo “ $a=b$ ”, onde ‘ a ’ e ‘ b ’ são nomes próprios, declaram que o objeto referido pelos nomes que flanqueiam o sinal de identidade é idêntico a si mesmo, e, de acordo com a segunda, tais enunciados declaram que ‘ a ’ e ‘ b ’ designam o mesmo objeto. Ou seja, a primeira interpretação entende que “ $a=b$ ” faz uma declaração sobre um objeto, e a segunda, que “ $a=b$ ” faz uma declaração sobre os nomes ‘ a ’ e ‘ b ’, ou sobre pelo menos um deles. Por conta disso, tais alternativas foram batizadas por Thomas Morris, em seu livro *Understanding Identity Statements*, respectivamente de “interpretação objetal” e “interpretação metalinguística”.

1 Agradeço aos membros do meu grupo de pesquisa (NEFA) pelas discussões que em muito contribuíram para a construção deste artigo. Agradeço também à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo suporte financeiro a minha pesquisa.

2 De acordo com a maioria dos fregianos, Frege teria defendido a interpretação metalinguística na *Begriffsschrift* e a interpretação objetal em *Sobre o Sentido e a Referência*. No entanto, Thau & Caplan 2001 propõe uma leitura heterodoxa de Frege pela qual ele nunca rejeitou a interpretação metalinguística.

Embora essas sejam as principais alternativas interpretativas, existem outras, como a do próprio Morris³, a interpretação funcional, que diz que enunciados do tipo “a=b” não têm a função de declarar nada; eles apenas nos permitem mesclar as informações que guardamos em certos arquivos mentais associados aos nomes ‘a’ e ‘b’. Além dessas propostas mais ‘puristas’, que sustentam que há apenas uma forma correta de interpretar enunciados do tipo “a=b”, há também propostas ecléticas que admitem que a interpretação adequada pode variar de acordo com o contexto. Essa, por exemplo, é a proposta que Christopher Williams advoga em seu livro *What is Identity?*, e é também a que defenderei neste artigo.

Apesar de quão apaixonante possa ser esse debate mais geral, não vou aqui discutir as várias abordagens e argumentos que o têm animado. Ao longo deste artigo, limitar-me-ei a analisar a posição de Kripke neste debate e a mostrar que sua defesa da exclusividade de determinada interpretação é desafiada por certos contra-argumentos. Essa delimitação da minha discussão pode parecer excessiva para quem não conhece a obra kripkiana, mas certamente esse não é o caso. Sempre é possível chegar a conclusões interessantes depois de uma conversa com Kripke. E, de fato, acredito que este artigo chega a uma conclusão interessante, não só por analisar criticamente a posição de Kripke no debate sobre a interpretação de identidades do tipo “a=b”, mas sobretudo por dar uma caracterização dos contextos que requerem a interpretação objetual e dos que pedem a interpretação metalinguística. Isso posto, gostaria de fazer logo algumas observações sobre a visão kripkiana de enunciados de identidade.

Kripke é um defensor da interpretação objetual. Essa sua defesa, bem como sua contestação da interpretação metalinguística, está estreitamente ligada à sua tese de que nomes próprios são designadores rígidos – a conhecida *tese da designação rígida*, doravante TDR. Como será mostrado em detalhe na próxima seção, ao assumirmos essa tese, temos que assumir igualmente que todo enunciado verdadeiro do tipo “a=b”, onde ‘a’ e ‘b’ são nomes próprios, é necessariamente verdadeiro. Não obstante, em *Identity and Necessity* (cf. pp. 181-2), Kripke admite que algumas pessoas “sentem” que muitos enunciados verdadeiros do tipo “a=b” poderiam ser falsos. Ele argumenta então que uma das causas desse sentimento dissonante é uma confusão interpretativa: algumas pessoas tendem a interpretar identidades do tipo “a=b” como enunciados metalinguísticos que declaram que os nomes ‘a’ e ‘b’ designam o mesmo objeto. Uma vez que ‘a’ e ‘b’ sempre podem designar objetos diferentes, essas pessoas julgam que enunciados do tipo “a=b” são contingentes. No intuito de anular os efeitos dessa confusão, Kripke faz uma

recomendação bem simples: para julgar se *a* poderia não ser *b*, nós não devemos considerar se o enunciado " $a=b$ ", que por hipótese expressa algo verdadeiro, poderia ter expressado algo falso, caso variássemos os referentes de '*a*' e '*b*'; nós devemos usar os nomes *do modo como de fato são usados* e ver se, *nesse uso*, o enunciado poderia ter sido falso. A ideia é de que só poderemos fazer juízos coerentes sobre o status modal de identidades do tipo " $a=b$ " se seguirmos essa recomendação. Considere o enunciado "Platão é Aristocles", por exemplo. Os historiadores acreditam que ele é verdadeiro, mas será que podemos dizer que ele é necessário? Se seguirmos a recomendação de Kripke, temos que responder que sim, pois, no uso feito pelos historiadores, 'Platão' e 'Aristocles' designam o mesmo homem, de forma que ao perguntarmos se o enunciado "Platão é Aristocles" é necessário queremos saber se é necessário que tal homem seja ele mesmo. É claro que sim. Graças à recomendação de Kripke, temos então um tipo de protocolo para fazer diagnósticos do status modal de identidades. Dado certo uso estabelecido de '*a*' e '*b*', o protocolo nos ajuda a responder se é necessário que *a* seja *b*. E, obviamente, deve nos ajudar também a responder se é possível que *a* seja *b*.

Agora, o ponto central de minha discussão no resto deste artigo é o seguinte: existem situações em que ignoramos o uso estabelecido de '*a*' ou de '*b*' e mesmo assim não hesitamos em diagnosticar o status modal de " $a=b$ ", e tais diagnósticos não podem simplesmente ser considerados incoerentes ou confusos. Na verdade, eles parecem obedecer a um critério pragmático bem estabelecido em nossa prática linguística. O critério seria o seguinte: "se você ignora o uso estabelecido de '*a*' ou '*b*', então interprete " $a=b$ " como um enunciado metalinguístico!". Está claro, porém, que a aplicação desse critério nos conduz exatamente à interpretação que Kripke considera como uma confusão a ser dissipada. Isso significa que nosso critério pragmático é ilegítimo? Não necessariamente. Pelo menos não se tivermos boas razões para obedecer a esse critério. Meu propósito doravante será mostrar que temos tais razões e que, portanto, a interpretação metalinguística não pode ser vista como uma confusão. Pelo contrário, como tentarei mostrar, ela é a interpretação mais razoável em situações em que somos ignorantes sobre o uso estabelecido dos nomes próprios ocorrentes em enunciados do tipo " $a=b$ ".

Para mostrar isso, na primeira seção, vou esclarecer a conexão entre a interpretação kripkiana de enunciados de identidade e a TDR, evidenciando uma incompatibilidade entre dois teoremas baseados na TDR de um lado e a interpretação metalinguística de enunciados de identidade de outro. Na segunda seção, vou examinar uma situação hipotética em que

respondemos a uma questão do tipo “a pode ser b?” mesmo sem sabermos o uso estabelecido de ‘a’. Considerarei algumas formas de analisar a situação e concluirei que o que fazemos em tal conjuntura é interpretar a identidade “a=b” como um enunciado sobre os nomes ‘a’ e ‘b’. Na terceira seção, vou argumentar que isso não só é o que fazemos, mas é também o que realmente *devemos* fazer. Meu argumento, nessa seção, se valerá de uma distinção entre dois contextos de interpretação para identidades do tipo “a=b”. Em um deles, vale a interpretação metalinguística, e no outro, vale a interpretação objetal. E, finalmente, na última seção, discutirei com mais detalhe o argumento da schmidicidade, que é o argumento mais explícito que Kripke oferece contra a interpretação metalinguística, mostrando que ele não é cogente.

Traçado esse roteiro, podemos começar nossa exploração.

I

Como vimos, Kripke rejeita a interpretação metalinguística de identidades do tipo “a=b”, onde ‘a’ e ‘b’ são nomes próprios. Ele trata essa interpretação como um tipo de confusão. Em vez dela ele adota a interpretação objetal (cf. Kripke, 1980, pp. 107). Nesta seção, vou tentar explicitar as razões que levam Kripke a rejeitar a primeira e a adotar a segunda interpretação, mostrando que esta se impõe quando aceitamos a TDR e certos teoremas que se derivam da TDR. Há, no entanto, um argumento mais direto contra a interpretação metalinguística que é apresentado em *Naming and Necessity*. É conveniente começarmos por uma exposição desse argumento.

No entender de Kripke, uma das principais razões que leva alguém a adotar a interpretação metalinguística é o fato de que podemos não saber que $a=b$. Em contrapartida, todo mundo sabe que um objeto qualquer é idêntico a si mesmo. Assim, à primeira vista, não parece sensato aceitar que um enunciado do tipo “a=b” expressa uma relação de autoidentidade. Se fosse assim, todo mundo saberia que $a=b$ (e, por instância, todo mundo saberia que Beijing é Pequim, e que Voltaire é François-Marie Arouet; mas o fato é que nem todo mundo sabe essas coisas).

Para Kripke, porém, essa não é uma boa razão para alguém adotar a interpretação metalinguística. Em *Naming and Necessity* (p. 108), ele nos pede para considerar a relação de *schmidicidade*, que é definida como uma relação que se mantém apenas entre um objeto e ele

mesmo. Dada essa relação, vê-se que o enunciado “Cícero é Túlio” não é diferente do enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio”. Da mesma forma como pode haver ignorância sobre a verdade do primeiro enunciado, pode haver ignorância também sobre a verdade do segundo. Todavia, este segundo, por definição, é um enunciado que expressa autoidentidade, não é um enunciado sobre nomes. Ora, se a ignorância de alguém sobre o fato de Cícero ser schmidêntico com Túlio não nos compele a assumir uma interpretação metalinguística do enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio”, tampouco a ignorância de alguém sobre o fato de Cícero ser Túlio deve nos compelir a assumir uma interpretação metalinguística do enunciado “Cícero é Túlio”. E, em geral, o fato de podermos ser ignorantes sobre a verdade de “ $a=b$ ”, de acordo com a argumentação de Kripke, não fornece uma boa razão para adotarmos a interpretação metalinguística. Com base nisso, ele conclui que a interpretação metalinguística não é necessária (e “provavelmente nem mesmo possível”, acrescenta).

Para Kripke, a interpretação necessária é mesmo a objetal. Mas qual a justificativa positiva que ele apresenta para ela? Tal justificativa não é dada explicitamente nem em *Identity and Necessity* nem em *Naming and Necessity*. Em todo caso, os exemplos e comentários que aparecem nesses textos sugerem que essa razão é fornecida pela TDR.

Uma forma bem simples de evidenciar a verdade da TDR é encontrada em *Identity and Necessity* (cf. pp. 175-6). Ali, Kripke propõe um “teste simples e intuitivo” para sabermos se um designador d é rígido ou não. Pergunte se d poderia não ter sido d ! Se a resposta for ‘sim’, então d não é rígido; se for ‘não’, o designador é rígido. Por exemplo, se você pergunta se o maior jogador de futebol de todos os tempos poderia não ter sido o maior jogador de futebol de todos os tempos, a resposta intuitiva é ‘sim’, mas se você pergunta se Pelé poderia não ter sido Pelé, a resposta deve ser ‘não’, pelo menos se a pergunta é tomada em sentido literal. Dessa forma, ‘o maior jogador de futebol de todos os tempos’ é um designador não rígido, enquanto que ‘Pelé’ é rígido. Para Kripke, sempre que você aplicar esse teste a nomes próprios, você terá um ‘não’ como resposta, o que nos autoriza a concluir que todo nome próprio é rígido – TDR é verdadeira.

Na nota 25 de *Naming and Necessity*, Kripke volta a mencionar esse método de detecção de rigidez em designadores, e observa que, no nosso modo coloquial de falar, às vezes confundimos uso e menção, e quando dizemos, por exemplo, que Aristóteles podia não ter sido Aristóteles, queremos dizer na verdade que Aristóteles poderia não ter se chamado ‘Aristóteles’. Ele

então brinca dizendo que o problema que esses coloquialismos criam para TDR é tão pequeno quanto o problema que o sucesso da *Impossible Mission Force* cria para a lei modal que estabelece que o impossível não acontece. De fato, o que Kripke reivindica é que, quando usamos um nome próprio (*usamos*, não *mencionamos*), usamo-lo como um designador rígido. É assim que TDR deve ser entendida.

TDR produz várias consequências lógicas interessantes. Por exemplo, se um objeto r qualquer é o referente do nome próprio 'a' no mundo atual, então, por TDR, r é o referente de 'a' em todo mundo possível M_x que inclui r . Agora, se supomos que $a=b$, então r também é o referente de 'b' no mundo atual, e por TDR, é o referente de 'b' em todo mundo possível M_x que inclui r . Dessa forma, em todo mundo possível M_x que inclui r , será verdade que $a=b$. Resumindo, TDR nos permite partir da suposição de que $a=b$ e daí chegar à conclusão de que é necessário que $a=b$. Prova-se, por conseguinte, que a fórmula:

$$(i) a=b \rightarrow a=b$$

Segue-se necessariamente de TDR.

Outrossim, podemos partir da suposição de que é possível que $a=b$, mantendo ainda que um objeto r qualquer é o referente do nome próprio 'a' no mundo atual, e, conseqüentemente, por TDR, em todo mundo possível M_x que inclui r . A partir dessa nova suposição, podemos concluir que r é o referente de 'b' em algum mundo possível M_k acessível ao mundo atual. Agora, por TDR, se r não fosse o referente de 'b' no mundo atual, r não seria o referente de 'b' em M_k . Logo, por *modus tollens*, r é o referente de 'b' no mundo atual e, portanto, é verdade que $a=b$ no mundo atual. Em suma, TDR nos permite começar com a suposição de que é possível que $a=b$ e terminar com a afirmação de que $a=b$ é o caso no mundo atual. Por conseguinte, fica provado que a fórmula:

$$(ii) \Diamond a=b \rightarrow a=b$$

Segue-se necessariamente de TDR.

Permita-me chamar a fórmula (i) de 'teorema da necessidade de identidades' ou, abre-

viadamente, TNI; e a fórmula (ii) de ‘teorema da atualização de identidades possíveis’ ou, abreviadamente, TAIP⁴. Esses teoremas são validados tanto pela semântica padrão de Stalnaker (cf. Stalnaker, 1994) quanto pela semântica de Kripke para a lógica modal quantificada com identidade (cf. Kripke, 1959) e, de fato, isso era de se esperar, pois ambas pressupõem TDR.

Estou ressaltando aqui o estatuto lógico desses teoremas porque isso pode nos ajudar a entender quais as razões de Kripke para acolher a interpretação objetual. Eles podem nos ajudar uma vez que nos perguntemos o seguinte: como devemos interpretar as identidades que ocorrem em TNI e TAIP? Para responder essa pergunta, basta experimentar as duas interpretações que temos considerado.

Deixe-me esclarecer o que quero dizer com ‘experimentar uma interpretação’. Experimentar a interpretação objetual é ler os teoremas fazendo uma leitura objetual das identidades e experimentar a interpretação metalinguística é ler os teoremas fazendo uma leitura metalinguística das identidades. Assim, por exemplo, quando experimento a interpretação objetual nos teoremas, obtenho em português as seguintes leituras:

- TNI: “Se o objeto que é *a* e *b* é autoidêntico, então é necessário que o objeto que é *a* e *b* seja autoidêntico”
- TAIP: “Se é possível que o objeto que é *a* e *b* seja autoidêntico, então o objeto que é *a* e *b* é autoidêntico”

E quando experimento a interpretação metalinguística, obtenho em português estas leituras:

- TNI: “Se ‘*a*’ e ‘*b*’ designam o mesmo objeto, então é necessário que ‘*a*’ e ‘*b*’ designem o mesmo objeto”
- TAIP: “Se é possível que ‘*a*’ e ‘*b*’ designem o mesmo objeto, então ‘*a*’ e ‘*b*’ designam o mesmo objeto”

4 É interessante observar que TNI e TAIP são corolários respectivamente dos axiomas EI (*Essentiality of Identity*) e ND (*Necessity of Distinctness*) do sistema de Stalnaker. Além disso, deve-se notar que TNI também é uma consequência trivial do princípio da necessidade da identidade ($\forall x \forall y (x=y \rightarrow x=y)$) que Ruth Barcan Marcus incorporou ao seu sistema QS5 e defendeu contra as críticas de Quine (cf. Marcus, 1961).

Fica evidente através dessas leituras que a validade dos teoremas só se mantém quando adotamos a interpretação objetual, pois assim, desde que é necessário que todo objeto seja autoi-dêntico, obtemos duas afirmações para as quais não é possível achar nenhum contraexemplo. Por outro lado, quando experimentamos a interpretação metalinguística, obtemos afirmações para as quais podemos facilmente encontrar contraexemplos.

Digamos, por exemplo, que 'a'='Pelé' e 'b'='Edson Arantes do Nascimento'. Substituindo as letras pelos nomes na leitura metalinguística de TNI, obtemos a seguinte afirmação:

(iii) "Se 'Pelé' e 'Edson Arantes do Nascimento' designam o mesmo objeto, então é necessário que 'Pelé' e 'Edson Arantes do Nascimento' designem o mesmo objeto"

Mas isso obviamente não é verdade. Embora o antecedente do condicional seja verdadeiro, é preciso admitir que seria possível que 'Pelé' e 'Edson Arantes do Nascimento' não designassem ambos a mesma pessoa (poderia ser que Edson Arantes do Nascimento nunca tivesse recebido o apelido de 'Pelé').

De modo semelhante, podemos supor que 'a'='César' e 'b'='Pompeu'. Nesse caso, se substituirmos as letras pelos nomes na leitura metalinguística de TAIP, obtemos a seguinte afirmação:

(iv) "Se é possível que 'César' e 'Pompeu' designem o mesmo objeto, então 'César' e 'Pompeu' designam o mesmo objeto"

Acontece que essa afirmação também é claramente falsa. Conquanto a história nos diga que o consequente é falso, o antecedente é verdadeiro, pois é preciso reconhecer que seria possível que 'César' e 'Pompeu' designassem o mesmo objeto (suponha que Pompeu tivesse derrotado Júlio César na batalha de Farsália, tivesse se tornado imperador e ficado conhecido como 'César').

Dessa forma, dado que (iii) é uma instância da leitura metalinguística de TNI e que (iv) é uma instância da leitura metalinguística de TAIP, vemos que a interpretação metalinguística contaria a validade de ambos os teoremas. O problema é que a validade desses teoremas parece estar apoiada em bases sólidas, portanto, qualquer interpretação que a contrarie deve ser energeticamente repelida. E é exatamente o que Kripke faz com a interpretação metalinguística.

A interpretação objetual, por outro lado, é a interpretação que garante a validade de TNI e TAIP. Pode-se argumentar que essa harmonia entre os teoremas e a interpretação objetual se deve ao fato de que ambos têm origem na TDR. Com efeito, se nomes próprios funcionam como designadores rígidos, então eles cumprem essa função também quando estão flanqueando o sinal de identidade. E se é assim, enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ” não declaram algo sobre os nomes ‘ a ’ e ‘ b ’, mas sobre o objeto que esses nomes designam rigidamente. Desse modo, quem acolhe TDR é naturalmente levado a adotar a interpretação objetual.

II

Até aqui todos os argumentos parecem favorecer a interpretação objetual. Não obstante, nesta seção, mostrarei que é possível tomarmos outro rumo. Para tanto, vou começar examinando uma situação que parece indicar que, em certos casos, tal interpretação é inadequada. Considerarei então algumas formas de explicar essa situação que tentam evitar essa conclusão, mas terminarei mostrando que elas não são bem sucedidas e que, no final das contas, a situação indica realmente que há casos em que a interpretação metalinguística quadra melhor que a objetual.

Imagine que sua sala está cheia de pessoas e todas elas são suas amigas. Em certo momento, o telefone toca e alguém pede para falar com o Loquito e, embora você diga que não conhece nenhum Loquito, a pessoa ao telefone insiste que o Loquito deve estar na sua sala. Você imagina então que ‘Loquito’ é o apelido de algum dos seus amigos, embora você não saiba de qual deles. Agora responda: Loquito poderia ser o João? E o Pedro? Loquito poderia ser qualquer um dos seus amigos? Meu palpite é que, se você não é um filósofo, ou, mesmo que seja, se você não está suficientemente kripkianizado, então você vai responder ‘sim’ para todas as perguntas (eu efetivamente narrei a situação e fiz as perguntas para não-filósofos e todos responderam ‘sim’ para todas as perguntas). O problema é que, se é verdade que você está fazendo uma leitura objetual das identidades contidas nas perguntas, então você não poderia responder ‘sim’ para todas elas. Se você responder que é possível que Loquito seja o João, então precisa admitir que não é possível que ele seja o Pedro, e vice-versa, e, sobretudo, você nunca poderia afirmar que Loquito poderia ser qualquer um dos seus amigos.

É fácil ver por que motivo, sob o prisma da interpretação objetual, não seria correto responder ‘sim’ para todas as perguntas. Se você adota a interpretação objetual, então você pode recorrer a TNI e TAIP para analisar a situação. Mas se você fizer isso, os resultados vão contrariar as suas intuições iniciais. Por exemplo, se for verdade que Loquito pode ser o João então, por TAIP, Loquito é o João. E, uma vez que é o João, por TNI, ele é o João necessariamente, ele definitivamente não pode ser o Pedro. E isso vale para todos os seus amigos, se Loquito pode ser o amigo tal, ele é o amigo tal e nenhum outro. Se você diz que Loquito pode ser o João, o Pedro etc., então em virtude dos teoremas supracitados, você terá que admitir que todas as pessoas na sua sala são uma pessoa só: o Loquito. Isso parece bastante contraintuitivo, mas é o que a introdução de TNI e TAIP nessa estória nos dá.

Na minha percepção, há algo intragável no caso em análise. De todo modo, penso que não há nada de errado em responder ‘sim’ a todas as perguntas que faço sobre Loquito. ‘Sim’ realmente parece a resposta certa para todas as perguntas. O que há de errado então? Acredito que o problema está em analisarmos a situação recorrendo a TNI e TAIP. Acontece que, se fizéssemos uma leitura objetual das identidades contidas nas perguntas, não haveria nenhum problema em recorrer aos teoremas. Por outro lado, se a interpretação que adotamos é a metalinguística, então fica inteiramente explicado porque temos problemas; afinal, como vimos na seção anterior, TNI e TAIP são incompatíveis com essa interpretação. Assim, chegamos a uma hipótese bem simples para explicar as anomalias de nossa análise do *caso Loquito*: essas anomalias surgem porque, na verdade, interpretamos metalinguisticamente as identidades contidas nas perguntas sobre Loquito e isso nos faz responder ‘sim’ a essas perguntas; então depois, quando aplicamos TNI e TAIP, vemos que eles desautorizam essas respostas. Essa hipótese me parece perfeitamente plausível. A interpretação metalinguística realmente parece ser a interpretação natural quando falamos da possível identidade de Loquito com um dos seus amigos. Quando imaginamos que é possível que Loquito seja o João é porque imaginamos que o nome ‘Loquito’ pode designar o mesmo indivíduo que ‘João’. E é claro que pode. Por isso é razoável responder ‘sim’. Em face disso, vou assumir a hipótese explicativa acima, a hipótese de que o *caso Loquito* é um caso em que, na prática, empregamos a interpretação metalinguística.

Agora, há dois pontos que precisamos considerar em relação a essa hipótese. O primeiro é o de que talvez haja outras hipóteses que expliquem as anomalias do *caso Loquito* sem que precisemos conceder que há casos em que a interpretação objetual de enunciados de identidade

do tipo “a=b” é inadequada. O segundo é o de que, mesmo que a hipótese seja verdadeira, ela só mostra que, *na prática*, nossas intuições nos levam a empregar a interpretação metalinguística no caso *Loquito*, mas isso não significa que *devamos* proceder assim, talvez seja o caso de corrigirmos nossos hábitos linguísticos em observância à análise kripkiana das identidades do tipo “a=b”. Dedicarei o resto desta seção ao escrutínio do primeiro ponto. O segundo ficará para a próxima seção.

Posso pensar em duas explicações alternativas para as anomalias do caso *Loquito*, uma mais simples, que consiste em negar que haja identidades envolvidas no caso, e uma mais sofisticada, que tenta mostrar que as anomalias não tem nada a ver com um choque entre a interpretação que fazemos das identidades e a aplicação de TNI e TAIP, mas que, em vez disso, são ocasionadas pelo modo como interpretamos o uso da palavra ‘pode’ nas perguntas relativas a *Loquito*. Começemos pela explicação mais simples.

A primeira análise alternativa do caso *Loquito* se apoia na alegação de que, quando digo que *Loquito* pode ser João, estou aplicando o operador modal não a um enunciado de identidade, mas a um enunciado do tipo sujeito-predicado. A ideia é a de que o enunciado “*Loquito* é João” deveria ser entendido como equivalente ao enunciado “João tem a propriedade de ser chamado de ‘*Loquito*’”. É por isso que temos a sensação de que todas as perguntas feitas acima sobre *Loquito* devem ser respondidas positivamente. Não há dúvida de que João poderia ter a propriedade de ser chamado de ‘*Loquito*’, e o mesmo vale para Pedro e para qualquer um de seus amigos. As complicações que se nos apresentam quando procuramos aplicar TNI e TAIP na análise do caso *Loquito* se deveriam, portanto, a um uso indevido desses teoremas. Tentamos usá-los para extrair certas consequências de enunciados que tomamos erroneamente por enunciados de identidade, mas que na verdade são enunciados do tipo “Px”. É óbvio que as inferências que fazemos são espúrias, pois elas se baseiam numa representação equivocada de nossas premissas.

A meu ver, essa solução é problemática, principalmente para quem defende a interpretação objetual dos enunciados de identidade. Se alguém sugere que “*Loquito* é João” equivale a “João tem a propriedade de se chamar ‘*Loquito*’”, essa pessoa não está realmente sugerindo que o primeiro enunciado não é de identidade, mas sim que o enunciado é de identidade e deve ter uma interpretação metalinguística. Não devemos nos enganar com a forma gramatical do

segundo enunciado. Não é porque deixamos de usar a cópula nele que o primeiro enunciado deixa de ser uma identidade. Se usarmos um pouco de formalismo aqui, veremos que o que se sugere é que $a=b \leftrightarrow Pb$, onde $a=Loquito$, $b=João$ e $P=tem\ a\ propriedade\ de\ se\ chamar\ 'Loquito'$. Como se vê, aceitar a sugestão não implica em aceitar que o enunciado “Loquito é João” não se comporta como um enunciado de identidade. É totalmente descabido pensar que essa implicação existe. Na verdade, o que se pode inferir da fórmula $a=b \leftrightarrow Pb$, é que $a=b$ tem as mesmas condições de verdade de Pb , o que, em bom português, significa que o enunciado “Loquito é João” é verdadeiro se e somente se ‘Loquito’ designa *João*. Vemos assim que a solução tem dois grandes problemas. Primeiro, ela faz uma afirmação falsa ao dizer que não há enunciados de identidade envolvidos no caso Loquito. Segundo, ela acaba ratificando a interpretação metalinguística quando na verdade quer demonstrar que ela não se aplica ao caso Loquito.

A outra análise do *caso Loquito* que desejo examinar parte da seguinte sugestão: quando pergunto “Loquito pode ser o X?”, você entende minha pergunta como tendo o mesmo sentido desta: “é possível descobrir que Loquito é o X?”, onde X é o nome de uma das pessoas na sala; e quando pergunto “Loquito pode ser qualquer um dos seus amigos?”, você entende minha pergunta como tendo o mesmo sentido desta: “é possível descobrir que Loquito é qualquer um dos seus amigos?”. De acordo com essa sugestão, você responderia ‘sim’ às perguntas porque acredita que pode descobrir que Loquito é o João, ou o Pedro, ou qualquer um dos seus amigos na sala. Ora, se acatamos essa sugestão, podemos afirmar que as anomalias do *caso Loquito* são provocadas pelo modo como você interpreta o ‘pode’ contido nessas perguntas e não pelo modo como você interpreta as identidades. Seria essa interpretação sozinha a grande vilã da estória. De fato, podemos tentar evidenciar isso através do seguinte raciocínio:

1. Se Loquito não é x, então não é possível que alguém descubra que Loquito é x
2. É possível descobrir que o Loquito é o João
3. É possível descobrir que o Loquito é o Pedro
- n+1. É possível descobrir que o Loquito é N (onde N é o enésimo amigo que você enumera)

Conclusão: Loquito é o João, e é o Pedro, ..., e é N

Note que a premissa 1 é um princípio epistêmico geral e que as premissas de 2 a n+1 devem ser assumidas por você uma vez que você interprete minhas perguntas da forma sugerida acima e responda ‘sim’ a cada uma delas. Como a conclusão é absurda, temos que tributar a responsabilidade por esse absurdo à interpretação que você supostamente faz das perguntas. E como essa interpretação é consequência do modo como você lê o ‘pode’ contido nelas e não do modo como você interpreta as identidades, então é essa leitura do ‘pode’ a grande vilã da estória. Mesmo que você faça uma leitura objetual das identidades, esse seu entendimento do ‘pode’ ainda é capaz de engendrar conclusões monstruosas.

O que se pode dizer a respeito dessa análise do *caso Loquito*? Bem, uma primeira coisa é que ela traz à tona uma questão que realmente precisa ser considerada, a questão de como devemos interpretar o ‘pode’ contido nas perguntas sobre Loquito. Esse ‘pode’ expressa que tipo de possibilidade? Um exemplo pode nos ajudar a responder essa questão.

Suponha (por absurdo) que minha namorada me pergunte se eu posso lhe dar de presente um colar de diamantes caríssimo. Se eu interpretasse o seu uso do verbo ‘poder’ nessa pergunta como expressando uma possibilidade lógica ou metafísica, eu responderia ‘sim’, pois há um mundo possível em que eu dou esse presente para ela. Infelizmente para ela, neste mundo aqui, eu tendo a dizer ‘não’, pois, dada a minha situação financeira, é impossível que eu compre um colar de diamantes caríssimo. Uma vez que eu respondo ‘não’ baseado no conhecimento de minha situação financeira atual, pode-se dizer que, na minha interpretação, o uso que minha namorada faz do verbo ‘poder’ expressa uma possibilidade epistêmica. Com efeito, é assim que em geral se caracteriza o uso epistêmico do verbo ‘poder’: se um enunciado M proferido em um *background* conversacional B, assevera “é possível que P”, e eu dependo de B para julgar a verdade de M, então se segue que eu atribuo um sentido epistêmico à expressão “é possível que” (cf. Moore, 1962; Kratzer, 1977; DeRose, 1991; Von Stechow & Gillies, 2007 e 2011).

Agora, voltando ao *caso Loquito*, parece razoável afirmar que você utiliza a informação relevante disponível na minha descrição da situação para responder as minhas perguntas e que, em outra situação, algumas de suas respostas seriam diferentes (suponha que você soubesse quem era o Loquito). O fato de que você utiliza o *background* conversacional para dar suas respostas parece indicar que você interpreta o ‘pode’ das minhas perguntas como expressando uma possibilidade epistêmica. Com isso, fazemos uma observação importante sobre o *caso Loquito*,

mas é preciso notar que essa observação não é suficiente para justificar a hipótese de que é nossa interpretação do ‘pode’ embutido nas perguntas em análise que nos leva posteriormente a conclusões absurdas.

Neste ponto, cumpre fazer outras duas observações. Em primeiro lugar, deve-se observar que concluir que você faz uma interpretação epistêmica do ‘pode’ no caso *Loquito* não é a mesma coisa que concluir que você entende as minhas perguntas como tendo o sentido das paráfrases sugeridas acima. Com efeito, não é de nenhuma forma consensual que você entende a pergunta “Loquito pode ser o João?” como tendo o mesmo sentido da pergunta “é possível descobrir que o Loquito é o João?”. A minha hipótese, por exemplo, é de que você entende a pergunta “Loquito pode ser o João?” como uma indagação sobre se o nome ‘Loquito’ pode designar o João. Não me parece que o enunciado “Loquito pode ser o João” é sinônimo do enunciado “é possível descobrir que o Loquito é o João” porque parece haver uma assimetria entre o que se supõe em cada enunciado. O primeiro enunciado supõe que um fato sobre João é consistente com o *background* conversacional (o fato de Loquito ser João), enquanto que o segundo supõe esse mesmo fato e vai além, supondo também que um fato sobre os agentes epistêmicos é consistente com o *background* conversacional (a descoberta do primeiro fato). Parece perfeitamente possível que alguém suponha um fato sobre João sem supor que somos capazes de ter conhecimento desse fato (da mesma forma como posso supor que Tancredo Neves foi assassinado sem supor que podemos vir a ter evidência disso). Dada essa assimetria entre os enunciados supracitados, não posso concordar que você interprete minhas perguntas como indagações sobre possibilidades de descoberta, mesmo concordando que você atribui um sentido epistêmico ao ‘pode’ contido nelas. Ocorre que, se você não interpreta minhas perguntas como indagações sobre possibilidades de descoberta, então o raciocínio exposto acima, aquele que terminava com uma conclusão absurda, não pode ser proposto e, desse modo, as anomalias do caso Loquito não podem ser creditadas ao modo como você interpreta o ‘pode’ embutido nas minhas perguntas. Mais uma vez, então, a hipótese de que essas anomalias são devidas a um choque entre uma interpretação metalinguística das identidades e o uso de TNI e TAIP surge como a mais promissora.

A outra observação que devemos fazer aqui é a de que, mesmo que você interprete minhas perguntas como sendo indagações sobre possibilidades de descoberta, ainda parece plausível concluir que você faz uma interpretação metalinguística das identidades contidas nessas perguntas. O que não é plausível é supor que você faz uma interpretação objetal dessas identidades. Se esse

fosse o caso, então quando você pensa que é possível descobrir que o Loquito é o João, você deve estar pensando que há um só homem que é o Loquito e o João, e que é possível descobrir que esse homem seja autoidêntico. Mas se você admite que isso é possível, não pode admitir que é possível descobrir que o Loquito seja o Pedro, pois se admitisse, dada sua interpretação da identidade, teria que admitir que há um só homem que é o Loquito e o Pedro e isso implicaria em admitir que é possível descobrir que o João e o Pedro são a mesma pessoa. Mas obviamente esse não é o caso. Assim, não faz sentido interpretar minhas perguntas como sendo indagações sobre possibilidades de descoberta e ao mesmo tempo interpretar os enunciados de identidade objetivamente.

Se você interpreta minhas perguntas como é sugerido, então o mais plausível é que interprete as identidades metalinguisticamente. Com efeito, se a interpretação adotada é a metalinguística, e, por exemplo, você entende minha primeira pergunta como sendo equivalente a “é possível descobrir que ‘Loquito’ designa o João?”, você tem razão em responder ‘sim’. E, nas mesmas circunstâncias, você terá razão em responder todas as outras perguntas com um ‘sim’, pois você não sabe quem é o referente do nome ‘Loquito’, mas sabe que nada no *background* conversacional exclui que seja o João, ou o Pedro, ou qualquer um na sua sala. Nesse sentido, é possível descobrir que o referente de ‘Loquito’ é qualquer um na sua sala. Essas possibilidades de conhecimento estão disponíveis. Uma vez que vemos as coisas dessa forma, fica mais fácil aceitar que a interpretação metalinguística das identidades do tipo “a=b” interfere no modo como você responde as perguntas do *caso Loquito*. Como se viu aqui, a despeito de você entender ou não minhas perguntas como indagações sobre possibilidades de descoberta, o recurso à interpretação metalinguística sempre acaba se mostrando a opção mais viável para entendermos a origem das anomalias que vêm nos assombrando ao longo desta seção.

Com essa conclusão, encerro meu exame das explicações do *caso Loquito* que imaginei que poderiam ser oferecidas como explicações comprometidas com a causa da interpretação objetal. Como elas se mostraram implausíveis, ficamos com a impressão de que realmente há casos em que adotamos uma leitura metalinguística para interpretar identidades do tipo “a=b”. O *caso Loquito* seria um desses casos. Mas isso é o que fazemos pragmaticamente. Resta saber se isso é o que devemos fazer. Aqui entramos no segundo ponto que prometi que discutiria na seção III. Vou discuti-lo ao mesmo tempo em que tento caracterizar dois contextos de interpretação: em um deles o correto seria aplicar a interpretação objetal aos enunciados de identidades do tipo “a=b” e, no outro, o correto seria aplicar-lhes a interpretação metalinguística.

III

Quando nos convencemos da validade de TNI e TAIP e percebemos que eles são incompatíveis com a interpretação metalinguística, o certo não seria abandonar essa interpretação de uma vez por todas, mesmo em situações em que nossas intuições linguísticas nos dizem para aplicá-la? Alguém poderia sustentar que a resposta a essa pergunta é ‘sim’. Com efeito, pode-se argumentar que, se nossas intuições se chocam com teoremas lógicos, pior para elas. Você não discute com teoremas lógicos, você os respeita. Intuições são coisas que podem mudar e que em muitos casos dependem do hábito. O que parece contraintuitivo pode parecer assim apenas por não ser familiar. Talvez, depois de nos familiarizarmos com TNI e TAIP, possamos compreender as perguntas sobre Loquito de modo diferente e, conseqüentemente, possamos respondê-las de modo diferente.

Concordo que uma sensação de estranheza pode ser mitigada com o tempo, mas é preciso lembrar que TNI e TAIP também estão assentados sobre certas intuições. Kripke mesmo recorre várias vezes ao que ele chama de ‘intuições linguísticas’ quando discute TDR no prefácio de *Naming and Necessity* (cf. pp. 3-15). Assim, antes de retratarmos nosso impasse como sendo entre teoremas lógicos de um lado e intuições linguísticas do outro, seria melhor descrevê-lo como sendo entre intuições linguísticas diferentes. Se é assim, não podemos simplesmente declarar que um lado está errado porque o outro está certo. Devemos, antes, avaliar essas intuições para decidir quais delas devem nortear nossa compreensão das identidades do tipo “a=b”.

Ora, uma intuição que está na origem não só da interpretação kripkiana de enunciados de identidade do tipo “a=b”, mas de quase todas as teses de Kripke em *Naming and Necessity* é a intuição do que seja uma *situação contrafactual*. Para apreendermos essa intuição, devemos primeiramente pensar numa situação atual em que, digamos, um objeto b tem uma propriedade P. Partindo daí, podemos imaginar uma situação contrafactual sobre b se imaginarmos uma situação em que b não tem a propriedade P. A intuição é bem simples, mas tem implicações surpreendentes.

A implicação mais imediata é a TDR. Se prestarmos atenção no exemplo, veremos que uma situação contrafactual envolve coisas que tomam parte na situação atual. É o que acontece com o objeto b, ele participa tanto de uma situação atual como de uma situação contrafactual (ou participaria caso essa situação ocorresse). Agora, se o nome n refere b na situação atual, é

inevitável que *n* refira *b* em qualquer situação, mesmo que seja em uma situação contrafactual. Como qualquer situação contrafactual pode ser vista como parte de em um mundo possível, podemos concluir que o nome *n* nomeia *b* em todos os mundos possíveis em que *n* existe, ou seja, *n* funciona com um designador rígido. É isso que Kripke explica em uma passagem que encontramos no prefácio de *Naming and Necessity*. Nela, ele analisa o enunciado “Aristotle was fond of dogs”, que ele identifica com o numerador (I). A certa altura, então, ele afirma:

Presumably everyone agrees that there is a certain man – the philosopher we call ‘Aristotle’ – such that, as a matter of fact, (I) is true if and only if *he* was fond of dogs. The thesis of rigid designation is simply – subtle points aside – that the same paradigm applies to the truth conditions of (I) as it describes *counterfactual* situations. That is, (I) truly describes a counterfactual situation if and only if the same aforementioned man would have been fond of dogs, had that situation obtained (KRIPKE, 1982, p. 6).

Vê-se, portanto, que as situações contrafactuais apresentam-se como variações de situações atuais, mas o que varia são apenas os estados em que as coisas estão, as coisas mesmas permanecem essencialmente as mesmas, e é exatamente isso que garante a rigidez dos nomes próprios que referem essas coisas. Vê-se isso muito nitidamente quando Kripke analisa o enunciado (I), mas talvez seja interessante considerarmos também um enunciado com a ocorrência explícita de um operador modal. Tomemos, por exemplo, o enunciado “é possível que Wittgenstein tivesse sido um trombonista”. Quando escrevo esse enunciado, é claro que eu estou falando de uma situação contrafactual que envolve o Wittgenstein do mundo atual. O nome ‘Wittgenstein’ tem que designar aquele mesmo indivíduo, ele não poderia designar Russell, por exemplo. Se pudesse, a situação descrita não seria uma situação contrafactual sobre Wittgenstein, mas sobre Russell, e certamente, para julgarmos se Wittgenstein poderia ter sido um trombonista, não ajuda em nada imaginar uma situação na qual Russell é trombonista. A intuição correta é a de que ‘Wittgenstein’ funciona como um designador rígido nesse caso. E, de modo geral, sempre que um nome próprio é usado em contextos nos quais o uso da palavra ‘possível’ indica a descrição de situações contrafactuais, parece-me correto manter que ele funciona como um designador rígido. Acontece que, como já foi mostrado, quando chegamos à TDR, para chegarmos à tese de que enunciados de identidade devem ser interpretados objetivamente, não precisamos de muito esforço.

Pensando retrospectivamente, temos então a seguinte sequência na justificação kripkiana da interpretação objetual de enunciados do tipo “ $a=b$ ”, onde ‘ a ’ e ‘ b ’ são nomes próprios: 1. Partimos da intuição de situação contrafactual; 2. Percebemos que para descrever corretamente uma situação contrafactual temos que assumir TDR; 3. Se assumimos TDR, então as ocorrências de ‘ a ’ e ‘ b ’ no enunciado “ $a=b$ ” designam rigidamente, o que nos dá TNI e TAIP e a tese de que “ $a=b$ ” deve ser interpretado objetivamente. Nessa sequência, fica claro que a intuição kripkiana de situação contrafactual está na base de sua visão sobre identidades do tipo “ $a=b$ ”. Em última análise, o que justifica a interpretação objetual de identidades é o fato de que queremos descrever corretamente situações contrafactuais.

Mas o que acontece se não quisermos descrever tais situações? Faz sentido defender que queremos descrever uma situação contrafactual no *caso Loquito*? Creio que temos fortes razões para responder que não. Como vimos na seção anterior, quando faço perguntas sobre Loquito, eu uso o verbo ‘pode’, mas não é plausível defender que o verbo indica aí uma possibilidade metafísica ou lógica. De fato, quando eu pergunto se Loquito poderia ser o João, eu não quero saber se há uma situação contrafactual em que o objeto *Loquito* é o objeto *João*. Essa questão é sobre a identidade de objetos e, como tal não pode me interessar. É óbvio que, se *Loquito* é *João*, ele será *João* em todas as situações contrafactuais imagináveis e, se *Loquito* não é *João*, eu poderia passar o resto da vida procurando situações contrafactuais em que *Loquito* seria *João* e nunca acharia sequer uma, uma vez que tal possibilidade nunca esteve nem perto de existir. Mas é importante notar que, quando faço a pergunta, também não estou interessado em saber se há uma situação contrafactual em que o nome ‘Loquito’ refere o João. O que me interessa saber é se ‘Loquito’ pode designar o João no cenário descrito. Meu interesse se fixa tão somente nesse cenário, e é para ele que você tem que olhar para responder minhas perguntas corretamente, ele é o seu *background* conversacional. E tudo indica que você compreende muito bem esses meus interesses, tanto que você responde minhas perguntas do modo que eu espero. Aparentemente, você é orientado por uma regra conversacional que diz que você deve interpretar meu uso do verbo ‘pode’ como expressando uma possibilidade epistêmica e meu uso de identidades como expressando declarações metalinguísticas. Aparentemente, também, você percebe que não há sentido em combinar a interpretação objetual com essa interpretação do ‘pode’; você percebe que, uma vez que faço uso do ‘pode’ para expressar uma possibilidade epistêmica, eu não posso estar interessado em identidades de objetos. Em suma, há uma sintonia muito boa entre o que

eu intenciono com minhas perguntas e o que você mostra compreender com suas respostas. Isso parece evidenciar que nossa relação conversacional é governada por certas regras pragmáticas. Na minha opinião, essas regras orientam suas escolhas interpretativas não só no *caso Loquito*, mas em qualquer caso semelhante. O que esses casos têm em comum é que eles não descrevem situações contrafactuais, mas antes possibilidades epistêmicas, possibilidades que existem apenas por causa de certa ignorância dos agentes conversacionais.

Mas aqui retornamos ao ponto central desta seção. Suponhamos que existem mesmo essas regras pragmáticas (em geral inconscientes) que nos levam a adotar a interpretação metalinguística das identidades no *caso Loquito* e em casos semelhantes. É sensato que abandonemos as intuições kripkianas para segui-las? Bem, se a exposição anterior sobre a intuição kripkiana de situação contrafactual ficou clara, deve-se ter claro também que a questão não se trata de abandonar as intuições kripkianas, mas de cobrir os casos que a análise de Kripke não cobre. O que foi exposto foi que a interpretação objetual de enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ”, onde ‘ a ’ e ‘ b ’ são nomes próprios, deve prevalecer quando queremos descrever situações contrafactuais, mas aqui não se fala nada sobre os casos em que não queremos ou não podemos querer descrever tais situações. O que devemos fazer afinal nessas outras situações? Creio que aqui só cabe uma resposta: devemos seguir nossas regras pragmáticas. Não há alternativa. Dessa forma, podemos concluir que o uso de tais regras fica suficientemente justificado nos casos em que não pretendemos descrever uma situação contrafactual. Como o *caso Loquito* se encontra entre esses casos, podemos também concluir que a interpretação metalinguística das identidades empregadas nas perguntas sobre Loquito não é apenas possível, ela é necessária.

Não obstante, ainda que estejamos convencidos da legitimidade do uso desses critérios pragmáticos no *caso Loquito* e em casos semelhantes, pode permanecer uma dúvida sobre as ocasiões em que devemos usá-los. A questão é: como chegamos à conclusão de que em certo caso não se pretende descrever uma situação contrafactual? Acredito que saibamos distinguir esses casos intuitivamente, mas é importante explicitar um ponto saliente deles. Podemos fazer isso se considerarmos uma variação do *caso Loquito*. Dessa vez, temos uma situação em que você *sabe* que ‘Loquito’ é o apelido de João, e por isso, quando o telefone toca e a pessoa pede para falar com Loquito, você não tem nenhum problema em chamar o João. Acontece que, dada essa sua mudança epistêmica, suas respostas às minhas perguntas também devem mudar. Se eu lhe pergunto se o Loquito poderia ser o Pedro, eu espero que você responda ‘não’. Contrastando

essa variação do *caso Loquito* com o caso original, fica saliente que a mudança crucial está no fato de que, na variação, a referência do nome 'Loquito' é conhecida e, no caso original, ela não é. Com efeito, para que eu descreva uma situação contrafactual, é preciso, em primeiro lugar, que as interpretações dos meus parâmetros sejam fixadas. Convém lembrar aqui que aquele protocolo kripkiano que mencionei na introdução só é aplicável quando conhecemos o uso estabelecido dos nomes próprios usados nas descrições das situações. O *caso Loquito* original é um caso em que o uso estabelecido de um designador é ignorado, o que significa que os enunciados modais em que ocorre o nome 'Loquito' não podem descrever situações contrafactuais, já que eu não posso imaginar situações contrafactuais plausíveis com base neles. Por isso, quando eu faço perguntas sobre Loquito, não faz sentido você usar uma análise em termos de mundos possíveis para dar suas respostas. Na verdade, toda análise em termos de mundos possíveis ou situações contrafactuais é inaplicável ao caso.

Feitas essas considerações, creio que fica mais fácil ver como identificamos um caso em que claramente não temos a descrição de uma situação contrafactual. Nesses casos, *devemos* recorrer àquelas regras pragmáticas que nos orientam a interpretar metalinguisticamente as identidades do tipo "a=b". Nos casos em que temos tal descrição, *devemos* adotar a interpretação objetal. Para facilitar futuras referências aos contextos que caracterizam esses casos, gostaria de adotar o dístico de 'contextos contrafactuais', para me referir aos contextos em que se inserem as descrições de situações contrafactuais, e o dístico de 'contextos de ignorância', para fazer referência aos contextos que compreendem o *caso Loquito* e os outros semelhantes.

Nesse ponto, podemos avaliar melhor os resultados da nossa investigação. O que conquistamos, a meu ver, foi uma verdadeira solução política para o impasse que descobrimos existir entre as intuições kripkianas e as intuições que nos faziam responder 'sim' às perguntas do *caso Loquito*. De um lado, posicionamos os contextos contrafactuais, nos quais deve prevalecer a interpretação objetal de enunciados de identidade e, do outro, colocamos os contextos de ignorância, nos quais a primazia é da interpretação metalinguística. Se não transferirmos intuições de um contexto para o outro, podemos viver em paz, sem quaisquer impasses interpretativos.

É provável, porém, que essa solução não agrade aos puristas. Com efeito, minha tese é de que a interpretação objetal é adequada em alguns contextos, e que a interpretação metalinguística é adequada em outros contextos, e os puristas estão mais interessados em respostas que

declarem que apenas uma interpretação é a correta. Em todo caso, não creio que uma solução purista seja desejável por si mesma. A solução desejável é sempre aquela que está apoiada em argumentos cogentes. Não posso dizer se atinei com esses argumentos, mas posso dizer que foi esse tipo de solução que procurei.

IV

Será que falta fazer algum movimento para tentar robustecer minha argumentação? Posso pensar em pelo menos uma coisa que está faltando. Como relatei no começo deste artigo, Kripke tem um argumento que objetiva mostrar que a interpretação metalinguística não é necessária para explicar nenhum fato sobre identidades do tipo “ $a=b$ ” (segundo ele, talvez a interpretação não seja nem mesmo possível). Trata-se do argumento da schmidicidade. Se quisermos consolidar a tese de que a interpretação metalinguística é a interpretação padrão em contextos de ignorância, devemos rever esse argumento e avaliar até que ponto ele é convincente. É isso que farei nesta última seção.

Como vimos, Kripke argumenta que uma das principais razões que leva alguém a adotar a interpretação metalinguística é o fato de que podemos não saber que $a=b$. O argumento da schmidicidade pretende mostrar que essa ignorância não é razão para adotarmos tal interpretação. Ele faz isso mostrando que também podemos ser ignorantes a respeito de enunciados que asseveram uma relação de schmidicidade. Por exemplo, podemos ser ignorantes a respeito do enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio”. Entretanto, a relação de schmidicidade é uma relação de autoidentidade, ou seja, é a relação de um objeto consigo mesmo, e, portanto, o enunciado que a expressa deve ser objetivamente interpretado. Se, no caso de enunciados de schmidicidade, podemos ser ignorantes e mesmo assim adotar uma interpretação objetual, também podemos adotar a mesma interpretação quando somos ignorantes acerca de enunciados de identidade do tipo “ $a=b$ ”. Em particular, se podemos ser ignorantes a respeito do valor de verdade do enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio” e ainda interpretá-lo objetivamente, podemos fazer o mesmo quando somos ignorantes sobre o valor de verdade do enunciado “Cícero é Túlio”, haja vista que os dois enunciados dizem basicamente a mesma coisa. Tudo leva a crer, então, que temos uma demonstração de que nossa ignorância sobre a verdade do enunciado “ $a=b$ ” não nos compele a interpretá-lo metalinguisticamente nem tampouco nos impede de interpretá-lo objetivamente.

Na minha opinião, há alguns pontos obscuros no argumento da schmidenticidade. Acima de tudo, não estão claras as razões que poderiam explicar nossa possível ignorância a respeito da verdade do enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio”. Kripke não se preocupa em esclarecer de onde vem essa ignorância. Isso, não obstante, me parece essencial para a discussão. Com efeito, pode-se admitir que o enunciado “Cícero=Cícero” expressa uma relação de autoidentidade, mas normalmente não é possível ser ignorante a respeito da verdade de “Cícero=Cícero”. Em que o enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio” difere do enunciado “Cícero=Cícero”? No meu modo de ver, se a definição da relação de schmidenticidade é conhecida, é claro que a diferença está nos nomes que aparecem em cada enunciado. É de se esperar que, quando alguém compreende a relação de schmidenticidade e ainda assim é ignorante sobre se Cícero é schmidêntico com Túlio, essa ignorância tenha a ver com os nomes ‘Cícero’ e ‘Túlio’. Parece razoável supor que não sabemos que é verdade que “Cícero é schmidêntico com Túlio” quando não sabemos que ‘Cícero’ designa a mesma coisa que ‘Túlio’. O nosso reconhecimento da verdade de “Cícero é schmidêntico com Túlio” não depende apenas de sabermos que há uma relação de identidade entre um objeto e ele mesmo, mas depende também de sabermos que ‘Cícero’ e ‘Túlio’ designam esse objeto. Sendo assim, devemos concordar que quando alguém que conhece a relação de schmidenticidade é ignorante a respeito da verdade do enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio” é porque desconhece o que é designado por um ou pelos dois nomes que ocorrem no enunciado. O curioso é que mesmo alguém que padeça de tal ignorância estará em seu pleno direito se afirmar que o enunciado “Cícero é schmidêntico com Túlio” é possivelmente verdadeiro. Nesse caso, entretanto, ele estará interpretando o enunciado metalinguisticamente. Ele estará entendendo o enunciado como sendo equivalente a “‘Cícero’ e ‘Túlio’ designam o mesmo objeto”. Parece-me que o fato de a relação de schmidenticidade ser definida como uma relação de autoidentidade não nos impede de adotar essa interpretação em contextos de ignorância. A conclusão, em resumo, é de que o argumento da schmidenticidade não tem sucesso no que se propõe.

Assinalada a deficiência desse último argumento, e na falta de argumentos mais convincentes, creio que, ao contrário do que Kripke declara em *Naming and Necessity*, podemos concluir que a interpretação metalinguística não só é possível como, em certos contextos, nomeadamente, em contextos de ignorância, ela é a interpretação correta. A interpretação objetiva deve ficar restrita a contextos contrafactuais.

Referências

- DeRose, K. Epistemic Possibilities. *The Philosophical Review*, Vol. 100, No. 4, 1991, pp. 581-605.
- Egan, A. & Weatherson, B. *Epistemic Modality*. New York: Oxford University Press, 2011.
- Egan, A.; Weatherson, B. & Hawthorne, J. Epistemic Modals in Context. In Preyer, G & Peter, G. (eds). *Contextualism in Philosophy*. Oxford University Press, 2005.
- Frege, G. Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought. In van Heijenoort, J. *From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931*, 3^a ed. Cambridge MA: Harvard University Press, 1976.
- Frege, G. Sense and Reference. *The Philosophical Review*, vol. 57, n° 3, pp. 209-230, may. 1948.
- Hacking, I. Possibilities. *Philosophical Review*, No 76, 1967, pp. 343-68.
- Kripke, S. A Completeness Theorem in Modal Logic. *The Journal of Symbolic Logic*, Vol. 24, No. 1, 1959, pp. 1-14.
- Kripke, S. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- Kripke, S. Identity and Necessity. In Moore, A. W. (ed.). *Meaning and Reference*. Oxford: Oxford University Press, 1993, pp. 162-91.
- Lockwood, M. Identity and Reference. In Munitz, M. K. (ed.) *Identity and Individuation*. New York: New York University Press, 1971, pp. 199-211.
- Marcus, R. B. Modalities and Intensional Languages. *Synthese*, Vol. 13, No. 4, 1961, pp. 303-322.
- Moore, G. E. *Commonplace Book 1919-1953*. London: George Allen, and Unwin, 1962.
- Stalnaker, R. C. The interaction of modality with quantification and identity. In Sinnott-Armstrong, Raffman and Asher (eds.). *Modality, Morality and Belief: Essays in Honor of Ruth Barcan Marcus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- Teller, P. Epistemic Possibility. *Philosophia*, Vol. 2, No. 4, 1972, pp. 303-320.
- Thau, M. & Caplan, B. What's puzzling Gottlob Frege? *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 31, No. 2, 2001, pp. 159-200.

Von Fintel, K. & Gillies, A. S. An Opinionated Guide to Epistemic Modality. In Gendler, T. S. & Hawthorne, J. (eds.). *Oxford studies in epistemology*, vol. 2. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Von Fintel, K. & Gillies, A. S. Might Made Right. In Egan, A. & Weatherson, B. *Epistemic Modality*. New York: Oxford University Press, 2011.

Williams, C. J. F. *What is Identity?* New York: Oxford University Press, 1989.

RESUMO

Kripke interpreta enunciados de identidade do tipo "a=b", onde 'a' e 'b' são nomes próprios, como enunciados de autoidentidade. Este artigo esclarece por que essa interpretação é adotada por Kripke e mostra, a partir de alguns exemplos, que não é correto empregá-la irrestritamente. São apresentados então alguns argumentos que indicam que há pelo menos dois tipos de contexto de interpretação de enunciados de identidade do tipo "a=b". Em um tipo, deve-se empregar a interpretação kripkiana e, no outro, deve-se empregar uma interpretação segundo a qual enunciados de identidade do tipo "a=b" são enunciados a respeito dos nomes 'a' e 'b', ou a respeito de pelo menos um deles. Na sequência, esses contextos são caracterizados e um argumento de Kripke é revisto e discutido.

Palavras-chave: *identidade; interpretação metalinguística, interpretação objetal; Kripke; nomes próprios.*

ABSTRACT

Kripke interprets identity statements of the "a=b" type, where 'a' and 'b' are proper names, as self-identity statements. This article makes it clear why this interpretation is adopted by Kripke and departs from a few examples to show that it is not correct to use it unrestrictedly. Then some arguments are presented indicating that there are at least two types of interpretation context of identity statements of the "a=b" type. In one type, one should employ kripkian interpretation and, on the other, one should employ an interpretation in which identity statements of the "a=b" type are statements about the names 'a' and 'b', or at least about one of them. Following, these contexts are characterized and an argument of Kripke is reviewed and discussed.

Keywords: *identity; Kripke; metalinguistic interpretation; objectual interpretation; proper names.*